

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	53
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	747.759.759
Preferenciais	0
Total	747.759.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.432.907	2.428.289
1.01	Ativo Circulante	172.458	97.895
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.023	25.136
1.01.02	Aplicações Financeiras	111.419	25.214
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	111.419	25.214
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	21.555	5.911
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	89.864	19.303
1.01.03	Contas a Receber	45.587	39.592
1.01.03.01	Clientes	45.587	39.592
1.01.03.01.01	Contas a Receber	45.587	39.592
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.201	4.673
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.201	4.673
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.042	999
1.01.06.01.02	Antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre lucros	159	3.674
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.059	3.146
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	6.059	3.146
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	169	134
1.01.08.03	Outros	169	134
1.01.08.03.02	Outros Créditos	169	134
1.02	Ativo Não Circulante	2.260.449	2.330.394
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	130.632	130.946
1.02.01.04	Contas a Receber	1.308	1.315
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.308	1.315
1.02.01.07	Tributos Diferidos	126.435	126.435
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	126.435	126.435
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.685	2.964
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	204	232
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	204	232
1.02.03	Imobilizado	21.621	23.922
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.091	2.354
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	19.530	21.568
1.02.04	Intangível	2.108.196	2.175.526
1.02.04.01	Intangíveis	2.108.196	2.175.526
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.084.927	2.156.417
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	23.269	19.109

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.432.907	2.428.289
2.01	Passivo Circulante	325.253	282.498
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.048	4.665
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.048	4.665
2.01.02	Fornecedores	24.021	34.265
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.021	34.265
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.156	9.767
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.156	9.767
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.710	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.446	9.767
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	215.975	165.715
2.01.04.02	Debêntures	215.975	165.715
2.01.05	Outras Obrigações	39.170	42.360
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.561	10.102
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.561	10.102
2.01.05.02	Outros	30.609	32.258
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	10.150	9.226
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	9.014	7.924
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.860	1.782
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	9.585	13.326
2.01.06	Provisões	26.883	25.726
2.01.06.02	Outras Provisões	26.883	25.726
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	25.484	24.327
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	1.399	1.399
2.02	Passivo Não Circulante	1.588.914	1.639.673
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.538.432	1.593.445
2.02.01.02	Debêntures	1.538.432	1.593.445
2.02.02	Outras Obrigações	10.998	8.957
2.02.02.02	Outros	10.998	8.957
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	10.998	8.957
2.02.04	Provisões	39.484	37.271
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.378	2.730
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	2.378	2.730
2.02.04.02	Outras Provisões	37.106	34.541
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	37.106	34.541
2.03	Patrimônio Líquido	518.740	506.118
2.03.01	Capital Social Realizado	976.785	976.785
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-458.045	-470.667

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	229.334	649.327	222.900	622.926
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	180.292	515.445	170.763	480.715
3.01.02	Receita de serviços de construção	49.042	133.882	52.137	142.211
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-170.131	-468.090	-158.853	-461.891
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-121.089	-334.208	-106.716	-319.680
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-49.042	-133.882	-52.137	-142.211
3.03	Resultado Bruto	59.203	181.237	64.047	161.035
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.603	-27.320	-8.061	-23.804
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.955	-31.247	-8.285	-24.682
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-10.844	-30.914	-8.285	-24.016
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-111	-333	0	-666
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	352	3.927	224	878
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	48.600	153.917	55.986	137.231
3.06	Resultado Financeiro	-33.780	-136.572	-36.259	-135.800
3.06.01	Receitas Financeiras	2.874	8.958	1.761	6.002
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.874	8.958	1.761	6.002
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.654	-145.530	-38.020	-141.802
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-36.654	-145.522	-38.020	-141.802
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	-8	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.820	17.345	19.727	1.431
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.212	-4.723	-4.631	-4.657
3.08.01	Corrente	-4.212	-4.723	-4.631	-4.657
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.608	12.622	15.096	-3.226
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	10.608	12.622	15.096	-3.226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0142	0,0169	0,0202	-0,0043

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0142	0,0169	0,0202	-0,0043

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2024 à 30/09/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	10.608	12.622	15.096	-3.226
4.03	Resultado Abrangente do Período	10.608	12.622	15.096	-3.226

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/09/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	294.343	272.176
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	396.636	366.581
6.01.01.01	Lucro líquido do período	12.622	-3.226
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	216.970	207.364
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	333	666
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-6.616	-3.614
6.01.01.12	Juros e variações monetárias de debêntures	133.502	129.562
6.01.01.14	Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	5.121	5.352
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	6.755	3.901
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	56	121
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	27.893	26.455
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-102.293	-94.405
6.01.02.01	Contas a receber	-6.321	-6.845
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	205
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-2.634	-1.671
6.01.02.05	Impostos a recuperar	7.090	3.466
6.01.02.06	Outros créditos	-35	11
6.01.02.07	Depósitos judiciais	28	-29
6.01.02.09	Fornecedores	-17.476	-4.817
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-1.370	-431
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	958	1.501
6.01.02.12	Obrigações sociais	1.383	429
6.01.02.13	Obrigações fiscais	5.175	-692
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.765	-1.522
6.01.02.15	Taxa de fiscalização	78	72
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-7.163	-4.771
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-27.200	-22.678
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	5.068	5.085
6.01.02.19	Pagamento de juros	-59.199	-60.393
6.01.02.20	Outras contas a pagar	1.090	-1.325
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-213.273	-198.066
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-4	0
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-130.062	-131.055
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-209.304	-175.235
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	141.741	111.479
6.02.10	Aplicação Financeira	-15.644	-3.255
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-98.183	-84.354
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-11.905	-11.917
6.03.15	Pagamentos debêntures - principal	-86.278	-72.437
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-17.113	-10.244
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.136	22.935
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.023	12.691

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-470.667	0	506.118
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.622	0	12.622
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.622	0	12.622
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-458.045	0	518.740

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/09/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	976.785	0	0	-340.122	0	636.663
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	976.785	0	0	-340.122	0	636.663
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.226	0	-3.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.226	0	-3.226
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	976.785	0	0	-343.348	0	633.437

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/09/2025	01/01/2024 à 30/09/2024
7.01	Receitas	704.657	672.705
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	555.983	517.867
7.01.02	Outras Receitas	148.674	154.838
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	133.882	142.211
7.01.02.02	Outras receitas	12.638	9.086
7.01.02.03	Juros Capitalizados	2.154	3.541
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-241.639	-240.575
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-28.394	-28.077
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.333	-17.116
7.02.04	Outros	-194.912	-195.382
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-133.882	-142.211
7.02.04.02	Custo da Concessão	-21.784	-19.856
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-27.893	-26.455
7.02.04.04	Outros	-11.353	-6.860
7.03	Valor Adicionado Bruto	463.018	432.130
7.04	Retenções	-216.970	-207.364
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-216.970	-207.364
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	246.048	224.766
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.950	6.002
7.06.02	Receitas Financeiras	8.958	6.002
7.06.03	Outros	-8	0
7.06.03.04	Outros	-8	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	254.998	230.768
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	254.998	230.768
7.08.01	Pessoal	41.971	38.658
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.536	29.280
7.08.01.02	Benefícios	8.200	7.478
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.235	1.900
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.908	50.332
7.08.02.01	Federais	26.016	24.391
7.08.02.02	Estaduais	20	2
7.08.02.03	Municipais	27.872	25.939
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.497	145.004
7.08.03.01	Juros	133.502	129.562
7.08.03.02	Aluguéis	-469	205
7.08.03.03	Outras	13.464	15.237
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	2.154	3.541
7.08.03.03.04	Outras	11.310	11.696
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.622	-3.226
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	12.622	-3.226

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 3T25

Comentário do Desempenho



Registro, 13 de novembro de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. (“Companhia” ou “Régis Bittencourt”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao terceiro trimestre de 2025 (“3T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2025.

INTRODUÇÃO

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia” ou “Régis Bittencourt”), concessionária controlada integralmente pela Arteris S.A., é responsável, desde 2008, pela operação de 396,6 km da rodovia BR-116, no trecho que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR). A concessão, obtida em leilão realizado em outubro de 2007 e com vigência até 2033, abrange 6 praças de pedágio e atravessa 17 municípios nos estados de São Paulo e Paraná, atendendo a uma população significativa e a importantes polos logísticos e industriais. A rodovia, considerada um dos principais corredores de integração entre as regiões Sudeste e Sul do Brasil, também desempenha papel estratégico na conexão com países do Mercosul. O tráfego na malha é intensamente composto por veículos pesados (cerca de 79%), refletindo sua relevância no transporte de cargas. Entre as principais obras realizadas, destaca-se a duplicação da Serra do Cafezal, concluída em 2017, além de melhorias contínuas como a entrega de trevos em desnível e intervenções em pontos críticos. A Companhia presta serviços essenciais aos mais de 150 mil usuários diários, incluindo atendimento médico e mecânico 24 horas, e atua sob regulação da ANTT, com investimentos voltados à ampliação, modernização e segurança da rodovia.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 3T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **3,0%** no tráfego no 3T25, com **47,4 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **86,1%** do tráfego representado por veículos pesados e **13,9%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 194,5 milhões** no 3T25, com crescimento de **5,6%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 138,1 milhões** no 3T25, acréscimo de **2,6%**, com uma margem de **76,6%**.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Total	47.431	46.041	3,0%	135.598	129.792	4,5%
Leves	6.606	6.794	(2,8%)	19.814	19.944	(0,7%)
Pesados	40.825	39.247	4,0%	115.784	109.849	5,4%

No 3T25, a Régis Bittencourt registrou 47,4 milhões de veículos equivalentes, crescimento de 3,0% em relação ao 3T24. O desempenho foi impulsionado por aumentos de 4,0% no tráfego de veículos pesados, refletindo um avanço nas exportações de produtos pecuários, além de um recorde de movimentações de carga nos portos paranaenses e início da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio/24, e de -2,8% nos veículos leves, impactado por questões climáticas. O *mix* de tráfego no trimestre manteve-se concentrado em veículos pesados, que representaram 86,1% do total, reforçando o papel estratégico da rodovia no escoamento de cargas entre os principais polos econômicos do Sul e Sudeste do país.

No acumulado dos 9M25, o tráfego totalizou 135,6 milhões de veículos equivalentes, alta de 4,5% frente aos 9M24. O segmento de pesados apresentou incremento de 5,9 milhões de veículos (+5,4%), impulsionado pela atividade industrial. O tráfego leve diminuiu 0,7%, sustentado por questões climáticas.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Tarifa Média	4,10	4,00	2,5%	4,10	3,99	2,8%

A tarifa média no 3T25 foi de R\$ 4,10, representando alta de 2,5% em relação ao 3T24. No acumulado do 9M25, a tarifa manteve-se em R\$ 4,10, com crescimento de 2,8% frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete o reajuste tarifário aplicado em dezembro/24, conforme previsto no contrato de concessão, com base na variação do IPCA acumulado. O reajuste anual da Companhia tem como data-base o mês de dezembro.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Receita Bruta	246.538	239.035	3,1%	698.575	668.286	4,5%
Receitas de pedágio	194.475	184.171	5,6%	555.983	517.867	7,4%
Receitas de construção	49.042	52.137	(5,9%)	133.882	142.211	(5,9%)
Outras Receitas	3.021	2.727	10,8%	8.710	8.208	6,1%
Deduções	(17.204)	(16.135)	6,6%	(49.248)	(45.360)	8,6%
Receita Operacional Líquida	229.334	222.900	2,9%	649.327	622.926	4,2%
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	180.292	170.763	5,6%	515.445	480.715	7,2%

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio totalizou R\$ 194,5 milhões no 3T25, crescimento de 5,6% em relação ao 3T24, impulsionada principalmente pelos reajustes tarifários contratuais e pela evolução do tráfego.

No acumulado dos 9M25, a receita atingiu R\$ 556,0 milhões, alta de 7,4% frente ao mesmo período do ano anterior.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 49,0 milhões no 3T25, redução de 5,9% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, o valor foi de R\$ 133,9 milhões, queda de 5,9% frente ao mesmo período do ano anterior.

Essa linha representa exclusivamente um ajuste contábil, sem impacto direto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 3,0 milhões no 3T25, crescimento de 10,8% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, somaram R\$ 8,7 milhões, alta de 6,1% frente ao mesmo período do ano anterior.

A variação reflete reajustes contratuais e maior realização de receitas com a exploração de cabos ópticos e metálicos ao longo da rodovia.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(42.205)	(36.134)	16,8%	(116.665)	(109.665)	6,4%
Pessoal	(14.442)	(13.610)	6,1%	(41.971)	(38.658)	8,6%
Conservação	(4.272)	(1.288)	231,7%	(9.995)	(6.972)	43,4%
Serviços de terceiros	(7.100)	(8.595)	(17,4%)	(20.608)	(24.539)	(16,0%)
Seguros e garantias	(1.566)	(1.315)	19,1%	(4.234)	(3.845)	10,1%
Verba de fiscalização	(5.581)	(5.322)	4,9%	(16.744)	(15.966)	4,9%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscal	(1.842)	(1.723)	6,9%	(5.067)	(4.204)	20,5%
Outros	(7.402)	(4.281)	72,9%	(18.046)	(15.481)	16,6%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(138.529)	(130.780)	5,9%	(378.745)	(376.030)	0,7%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços de construção	(49.042)	(52.137)	(5,9%)	(133.882)	(142.211)	(5,9%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(16.012)	(8.149)	96,5%	(27.893)	(26.455)	5,4%
Depreciação e Amortização	(73.475)	(70.494)	4,2%	(216.970)	(207.364)	4,6%
Custos e Despesas Operacionais	(180.734)	(166.914)	8,3%	(495.410)	(485.695)	2,0%

No 3T25, os custos e despesas operacionais da Régis Bittencourt totalizaram R\$ 180,7 milhões, aumento de 8,3% em relação ao 3T24. No acumulado do 9M25, o valor foi de R\$ 495,4 milhões, aumento de 2,0% frente ao mesmo período do ano anterior. A evolução reflete, principalmente, a maior contabilização da provisão p/ manutenção em rodovias.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 42,2 milhões no 3T25, aumento de 16,8% em relação ao 3T24. No acumulado dos nove primeiros meses de 2025, o total foi de R\$ 116,7 milhões, alta de 6,4% frente aos 9M24.

As principais variações foram:

- Pessoal: aumento de 6,1%, totalizando R\$ 14,4 milhões, impulsionado por reajustes salariais e reforço de equipes operacionais.
- Serviços de terceiros: retração de 17,4%, refletindo a revisão de contratos e maior eficiência na execução de serviços.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: crescimento de 6,9%, influenciado pelo aumento de processos trabalhistas registrados.
- Outros: aumento de 72,9% devido a maiores gastos com manutenção.

A Companhia mantém foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, assegurando a continuidade dos serviços com qualidade e segurança.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	10.608	15.096	(29,7%)	12.622	(3.226)	(491,3%)
(+) Depreciação e Amortização	73.475	70.494	4,2%	216.970	207.364	4,6%
(+) Resultado Financeiro	33.780	36.259	(6,8%)	136.572	135.800	0,6%
(+) IR e CSLL	4.212	4.631	(9,0%)	4.723	4.657	1,4%
EBITDA¹	122.075	126.480	(3,5%)	370.887	344.595	7,6%
Margem EBITDA ²	67,7%	74,1%	(6,4 p.p.)	72,0%	71,7%	0,3 p.p.
(+) Prov. para manutenção de rodovias	16.012	8.149	96,5%	27.893	26.455	5,4%
(+) Prov. para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	0,0%
EBITDA Ajustado³	138.087	134.629	2,6%	398.780	371.050	7,5%
Margem EBITDA Ajustada ²	76,6%	78,8%	(2,2 p.p.)	77,4%	77,2%	0,2 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

No 3T25, o EBITDA da Régis Bittencourt totalizou R\$ 122,1 milhões, diminuição de 3,5% em relação ao 3T24, com margem EBITDA de 67,7%. No acumulado dos 9M25, o EBITDA alcançou R\$ 370,9 milhões, alta de 7,6% frente ao mesmo período do ano anterior, refletindo o aumento da receita e o controle de custos operacionais.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos não caixa como provisões para manutenção, somou R\$ 138,1 milhões no 3T25, avanço de 2,6% na comparação anual, com margem ajustada de 76,6%. No acumulado dos nove primeiros meses de 2025, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 398,8 milhões, crescimento de 7,5% em relação aos 9M24, com margem de 77,4%.

A evolução do EBITDA Ajustado reflete a combinação de maior eficiência operacional, incremento de receitas e disciplina na gestão de custos, reforçando a capacidade da Companhia de geração de caixa operacional.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Depreciação e Amortização	73.475	70.494	4,2%	216.970	207.364	4,6%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 73,5 milhões no 3T25, crescimento de 4,2% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, o valor foi de R\$ 217,0 milhões, alta de 4,6% frente ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete a atualização do ativo intangível e o avanço dos investimentos realizados ao longo da concessão.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Resultado Financeiro	(33.780)	(36.259)	(6,8%)	(136.572)	(135.800)	0,6%
Receitas financeiras	2.874	1.761	63,2%	8.958	6.002	49,3%
Despesas financeiras	(36.654)	(38.020)	(3,6%)	(145.522)	(141.802)	2,6%
Variação cambial, líq.	-	-	-	(8)	-	-

O resultado financeiro da Régis Bittencourt foi uma despesa financeira de R\$ 33,8 milhões no 3T25, redução de 6,8% em relação ao 3T24, refletindo maior receita financeira no período. No acumulado dos 9M25, a despesa financeira líquida somou R\$ 136,6 milhões, aumento de 0,6% frente aos 9M24.

As receitas financeiras cresceram 63,2% no trimestre, totalizando R\$ 2,9 milhões, impulsionadas por maiores saldos de caixa e rendimentos sobre aplicações. As despesas financeiras, por sua vez, recuaram 3,6% no 3T25, somando R\$ 36,7 milhões, enquanto no semestre apresentaram alta de 2,6%, totalizando R\$ 145,5 milhões.

IR e CSLL

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
IR e CSLL	(4.212)	(4.631)	(9,0%)	(4.723)	(4.657)	1,4%
Corrente	(4.212)	(4.631)	(9,0%)	(4.723)	(4.657)	1,4%
Diferido	-	-	-	-	-	-

No 3T25, a Companhia registrou despesa de IR e CSLL corrente de R\$ 4,2 milhão, diminuição de 9,0% comparado ao 3T24. A diminuição está atrelada diretamente ao resultado líquido do período, que apresentou um valor menor no 3T25 comparado ao mesmo período no ano anterior. Não houve efeitos de IR/CSLL diferido no trimestre.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Resultado Líquido	10.608	15.096	(29,7%)	12.622	(3.226)	(491,3%)

O resultado líquido da Régis Bittencourt foi de R\$ 10,6 milhões no 3T25, diminuição de 29,7% em relação ao 3T24. No acumulado dos 9M25, o lucro líquido foi de R\$ 12,6 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 3,2 milhões registrado no mesmo período do ano anterior.

O resultado positivo reflete, principalmente, o crescimento da receita com pedágio, impulsionado por reajustes tarifários e aumento de tráfego, além da disciplina na gestão de custos operacionais.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

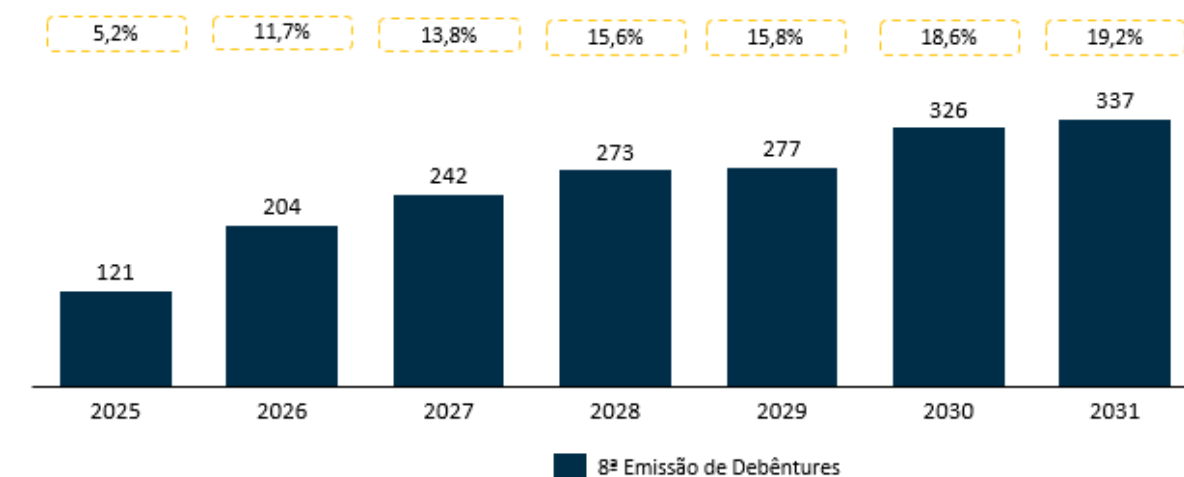
R\$ mil	3T25	2T25	Δ%
Dívida Bruta	1.754.407	1.719.484	2,0%
Curto Prazo	215.975	176.363	22,5%
Longo Prazo	1.538.432	1.543.121	(0,3%)
Posição de Caixa	119.442	43.598	174,0%
Caixa e equivalentes de caixa	29.578	27.884	6,1%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	89.864	15.714	471,9%
Dívida Líquida	1.634.965	1.675.886	(2,4%)

1: Curto e Longo Prazo

Ao final do 3T25, a dívida bruta da Régis Bittencourt totalizou R\$ 1.754,4 milhões, aumento de 2,0% em relação ao 2T25, refletindo o início do cronograma de amortização contratual. A dívida de curto prazo somou R\$ 216,0 milhões (+22,5%), enquanto o saldo de longo prazo foi de R\$ 1.538,4 milhões (-0,3%).

A posição de caixa encerrou o trimestre em R\$ 119,4 milhões, impactada pelo aumento nas aplicações financeiras vinculadas, que passaram de R\$ 15,7 milhões no 2T25 para R\$ 89,9 milhões no 3T25. Esse aumento nominal de R\$ 74,1 milhões ocorre devido ao resgate parcial das aplicações financeiras no 2T25 para pagamento semestral de debêntures. Já o saldo de caixa e equivalentes aumentou de R\$ 27,9 milhões para R\$ 29,6 milhões.

A dívida líquida totalizou R\$ 1.635,0 milhões, queda de 2,4% em relação ao trimestre anterior, impulsionado pelo grande aumento das aplicações financeiras vinculadas.

Aging da Dívida – setembro de 2025

No 3T25, 100% da dívida da Companhia estava atrelada à 8ª Emissão de Debêntures.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
Investimentos	59.043	62.880	(6,1%)	166.670	150.486	10,8%

No 3T25, os investimentos da Régis Bittencourt totalizaram R\$ 59,0 milhões, diminuição de 6,1% em relação ao 3T24.

No acumulado do 9M25, os investimentos somaram R\$ 166,7 milhões, alta de 10,8% frente ao mesmo período do ano anterior. A variação reflete o avanço nas ações de manutenção e a execução de etapas relacionadas a processos de desapropriação.

Os investimentos seguem alinhados às obrigações contratuais e ao compromisso da Companhia com a segurança viária e a qualidade da infraestrutura.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.733.913
Recuperações/Manutenções	279.653
Total	2.013.566

*Base Monetária: setembro/2025

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de setembro de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Autopista Regis Bittencourt S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025

Registro, 13 de novembro de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Antônio César Ribas Sass
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Giane Luza Zimmer Freitas
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho



ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	3T25	3T24	Δ%	9M25	9M24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	246.538	239.035	3,1%	698.575	668.286	4,5%
Receitas de pedágio	194.475	184.171	5,6%	555.983	517.867	7,4%
Receitas de obras	49.042	52.137	(5,9%)	133.882	142.211	(5,9%)
Receita de reequilíbrio	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.021	2.727	10,8%	8.710	8.208	6,1%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(17.204)	(16.135)	6,6%	(49.248)	(45.360)	8,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	229.334	222.900	2,9%	649.327	622.926	4,2%
CUSTOS E DESPESAS	(107.259)	(96.420)	11,2%	(278.440)	(278.331)	0,0%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(31.958)	(28.272)	13,0%	(90.428)	(86.445)	4,6%
Custo dos serv. de construção	(49.042)	(52.137)	(5,9%)	(133.882)	(142.211)	(5,9%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(10.599)	(8.086)	31,1%	(30.164)	(24.098)	25,2%
Remuneração da administração	-	-	-	-	-	-
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(16.012)	(8.149)	96,5%	(27.893)	(26.455)	5,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	352	224	57,1%	3.927	878	347,3%
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-
EBITDA	122.075	126.480	(3,5%)	370.887	344.595	7,6%
Margem EBITDA	67,7%	74,1%	(6,4 p.p.)	72,0%	71,7%	0,3 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(73.475)	(70.494)	4,2%	(216.970)	(207.364)	4,6%
RESULTADO FINANCEIRO	(33.780)	(36.259)	(6,8%)	(136.572)	(135.800)	0,6%
Receitas financeiras	2.874	1.761	63,2%	8.958	6.002	49,3%
Despesas financeiras	(36.654)	(38.020)	(3,6%)	(145.522)	(141.802)	2,6%
Variação cambial, líq.	-	-	-	(8)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	14.820	19.727	(24,9%)	17.345	1.431	1112,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(4.212)	(4.631)	(9,0%)	(4.723)	(4.657)	1,4%
Corrente	(4.212)	(4.631)	(9,0%)	(4.723)	(4.657)	1,4%
Diferido	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	10.608	15.096	(29,7%)	12.622	(3.226)	(491,3%)

Comentário do Desempenho



ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	3T25	2T25	Δ%
ATIVO	2.432.907	2.374.271	2,5%
CIRCULANTE	172.458	90.761	90,0%
Caixa e equivalentes de caixa	8.023	15.794	(49,2%)
Aplicações Financeiras	21.555	12.090	78,3%
Contas a receber	45.587	42.794	6,5%
Despesas antecipadas	6.059	1.055	474,3%
Impostos a recuperar	1.042	1.807	(42,3%)
Antecipação de IR e CS sobre lucros	159	1.319	(87,9%)
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	89.864	15.714	471,9%
Outros créditos	169	176	(4,0%)
NÃO CIRCULANTE	2.260.449	2.283.510	(1,0%)
Despesas antecipadas	2.685	2.804	(4,2%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.435	126.435	0,0%
Depósitos judiciais	204	214	(4,7%)
Outras contas a receber	1.308	1.310	(0,2%)
Direito de uso (IFRS 16)	19.530	23.325	(16,3%)
Imobilizado	2.091	1.985	5,3%
Intangível	2.108.196	2.127.437	(0,9%)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.432.907	2.374.271	2,5%
CIRCULANTE	325.253	274.626	18,4%
Debêntures	215.975	176.363	22,5%
Fornecedores	24.021	21.997	9,2%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	9.585	11.950	(19,8%)
Obrigações sociais	6.048	4.651	30,0%
Obrigações fiscais	13.156	9.956	32,1%
Contar a pagar – partes relacionadas	8.561	8.778	(2,5%)
Cauções contratuais	10.150	8.870	14,4%
Taxa de fiscalização	1.860	1.860	0,0%
Provisão para manutenção em rodovias	25.484	20.204	26,1%
Provisão para investimentos em rodovias	1.399	1.399	0,0%
Outras contas a pagar	9.014	8.598	4,8%
NÃO CIRCULANTE	1.588.914	1.591.513	(0,2%)
Debêntures	1.538.432	1.543.121	(0,3%)
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	10.998	12.377	(11,1%)
Provisão para manutenção em rodovias	37.106	33.834	9,7%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.378	2.181	9,0%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	518.740	508.132	2,1%
Capital social	976.785	976.785	0,0%
Reserva legal	(470.667)	(470.667)	0,0%
Reserva de lucros	12.622	2.014	526,7%

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 30 de setembro de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024.
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30.09.2025	31.12.2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30.09.2025	31.12.2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.023	25.136	Debêntures	12	215.975	165.715
Aplicações financeiras	5	21.555	5.911	Fornecedores	13	24.021	34.265
Contas a receber	6	45.587	39.592	Arrendamento mercantil a pagar	14	9.585	13.326
Despesas antecipadas		6.059	3.146	Obrigações sociais		6.048	4.665
Impostos a recuperar		1.042	999	Obrigações fiscais		11.446	9.767
Antecipação de IR e CS sobre lucros		159	3.674	IR e CS sobre lucros a pagar		1.710	-
Aplicações financeiras vinculadas	8	89.864	19.303	Contas a pagar - partes relacionadas	15	8.561	10.102
Outros créditos		169	134	Cauções contratuais	13	10.150	9.226
Total do ativo circulante		172.458	97.895	Taxa de fiscalização		1.860	1.782
				Provisão para manutenção em rodovias	17	25.484	24.327
				Provisão para investimentos em rodovias	17	1.399	1.399
NÃO CIRCULANTE				Outras contas a pagar		9.014	7.924
Despesas antecipadas		2.685	2.964	Total do passivo circulante		325.253	282.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	126.435	126.435				
Depósitos judiciais	17	204	232	NÃO CIRCULANTE			
Outras contas a receber	6	1.308	1.315	Arrendamento mercantil a pagar	14	10.998	8.957
Total do ativo realizável a longo prazo		130.632	130.946	Debêntures	12	1.538.432	1.593.445
				Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	2.378	2.730
Direito de uso	9	19.530	21.568	Provisão para manutenção em rodovias	17	37.106	34.541
Imobilizado	10	2.091	2.354	Total do passivo não circulante		1.588.914	1.639.673
Intangível	11	2.084.927	2.156.417				
Infraestrutura em construção	11	23.269	19.109	TOTAL DO PASSIVO		1.914.167	1.922.171
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		2.260.449	2.330.394	Capital social	18	976.785	976.785
				Prejuízos acumulados		(458.045)	(470.667)
				Total do patrimônio líquido		518.740	506.118
TOTAL DO ATIVO		2.432.907	2.428.289	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.432.907	2.428.289

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	30.09.2025		30.09.2024	
		Trimestre	Período	Trimestre	Período
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	229.334	649.327	222.900	622.926
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(170.131)	(468.090)	(158.853)	(461.891)
LUCRO BRUTO		59.203	181.237	64.047	161.035
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	20	(10.844)	(30.914)	(8.285)	(24.016)
Provisão para perdas esperadas	20	(111)	(333)	-	(666)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		352	3.927	224	878
		(10.603)	(27.320)	(8.061)	(23.804)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		48.600	153.917	55.986	137.231
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	21	2.874	8.958	1.761	6.002
Despesas financeiras	21	(36.654)	(145.522)	(38.020)	(141.802)
Variação cambial, líquida		-	(8)	-	-
		(33.780)	(136.572)	(36.259)	(135.800)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.820	17.345	19.727	1.431
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	7	(4.212)	(4.723)	(4.631)	(4.657)
Diferidos	7	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		10.608	12.622	15.096	(3.226)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	0,0142	0,0169	0,0202	(0,0043)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	10.608	12.622	15.096	(3.226)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	10.608	12.622	15.096	(3.226)

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social			Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	978.785	(2.000)	976.785	(340.122)	636.663
Prejuízo do período	-	-	-	(3.226)	(3.226)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024	978.785	(2.000)	976.785	(343.348)	633.437
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	978.785	(2.000)	976.785	(470.667)	506.118
Lucro líquido do período	-	-	-	12.622	12.622
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025	978.785	(2.000)	976.785	(458.045)	518.740

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.09.2025	30.09.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do período		12.622	(3.226)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		216.970	207.364
Provisão para perdas esperadas	6 e 20	333	666
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(6.616)	(3.614)
Juros e variações monetárias de debêntures		133.502	129.562
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	5.121	5.352
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	6.755	3.901
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	56	121
Constituição de provisão para manutenção	17	27.893	26.455
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(6.321)	(6.845)
Contas a receber - partes relacionadas		-	205
Despesas antecipadas		(2.634)	(1.671)
Impostos a recuperar		7.090	3.466
Outros créditos		(35)	11
Depósitos judiciais		28	(29)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(17.476)	(4.817)
Fornecedores - partes relacionadas		(1.370)	(431)
Cauções contratuais de fornecedores		958	1.501
Obrigações sociais		1.383	429
Obrigações fiscais		5.175	(692)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.765)	(1.522)
Utilização provisão de manutenção	17	(27.200)	(22.678)
Riscos cíveis trabalhistas e regulatórios	17	(7.163)	(4.771)
Taxa de Fiscalização		78	72
Custo de transação - empréstimo		5.068	5.085
Pagamento de juros	12	(59.199)	(60.393)
Outras contas a pagar		1.090	(1.325)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		294.343	272.176
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	22	(4)	-
Aquisições de itens do intangível	22	(130.062)	(131.055)
Aplicação financeira vinculada		(209.304)	(175.235)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		141.741	111.479
Aplicação financeira		(15.644)	(3.255)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(213.273)	(198.066)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Pagamento arrendamento mercantil	14	(11.905)	(11.917)
Pagamentos de debêntures - principal	12	(86.278)	(72.437)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(98.183)	(84.354)
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.113)	(10.244)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO		25.136	22.935
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO		8.023	12.691

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30.09.2025	30.09.2024
RECEITAS			
Receita de serviços prestados	19	555.983	517.867
Receita de serviços de construção	19	133.882	142.211
Outras receitas		12.638	9.086
Juros capitalizados	21	2.154	3.541
		704.657	672.705
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(28.394)	(28.077)
Custo dos serviços de construção	20	(133.882)	(142.211)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(18.333)	(17.116)
Custo da concessão		(21.784)	(19.856)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(27.893)	(26.455)
Outros		(11.353)	(6.860)
		(241.639)	(240.575)
VALOR ADICIONADO BRUTO		463.018	432.130
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(216.970)	(207.364)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		246.048	224.766
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	21	8.958	6.002
Outros		(8)	-
		8.950	6.002
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		254.998	230.768
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		31.536	29.280
Benefícios		8.200	7.478
FGTS		2.235	1.900
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais (incluindo IOF)		26.016	24.391
Estaduais		20	2
Municipais		27.872	25.939
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		133.502	129.562
Juros capitalizados debêntures		2.154	3.541
Aluguéis		(469)	205
Outras		11.310	11.696
Integralização de capital			
Lucro (prejuízo) do período		12.622	(3.226)
		254.998	230.768

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade” ou “Régis Bittencourt”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$101.961 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível, conforme nota explicativa nº 11.

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2025, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajuste de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$373.202, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se a realização de ruas laterais, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, correção de traçados, entre outras obras que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam para melhoria da fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego. Com base nessas estimativas a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC.

À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC Multas não

Notas Explicativas

exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém negociações junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 29 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 30 de setembro de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

No trimestre de 1 de julho de 2025 a 30 de setembro de 2025 (“trimestre”), e no período de 1 de janeiro de 2025 a 30 de setembro de 2025 (“período”), não ocorreram mudanças em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 12 de novembro de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

Notas Explicativas

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e contas bancárias	2.690	2.569
Aplicações financeiras (a)	5.333	22.567
Total	8.023	25.136

<u>Aplicações financeiras</u>	<u>30.09.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fundos de investimentos (b)	21.555	5.911
Total	21.555	5.911

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,09% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99,74% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em LF, LFT-Over e NTN-Over, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber	43.605	-	36.457	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	664	-
Cartões de pedágio a receber (b)	26	-	69	-
Receitas acessórias a receber (c)	3.174	1.308	3.288	1.315
Outras receitas a receber	2	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (d)	(1.220)	-	(887)	-
Total	45.587	1.308	39.592	1.315

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

	<u>30.09.2025</u>		<u>31.12.2024</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Créditos a vencer	45.106	1.308	39.569	1.315
Créditos vencidos até 60 dias	144	-	13	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	10	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	337	-	-	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.220	-	887	-
Total	46.807	1.308	40.479	1.315

A Sociedade avalia o risco de inadimplência das contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisam individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é como segue:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.820	17.345	19.727	1.431
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(5.039)	(5.897)	(6.707)	(487)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	2.118	2.230	(178)	(299)
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(1.291)	(1.056)	2.254	(3.871)
Total	(4.212)	(4.723)	(4.631)	(4.657)
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	(4.212)	(4.723)	(4.631)	(4.657)
Diferido	-	-	-	-
	(4.212)	(4.723)	(4.631)	(4.657)
Alíquota efetiva de impostos	(28%)	(27%)	(23%)	(325%)

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	558.438	564.617
Provisão de participação nos lucros	1.188	1.477
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	2.378	2.730
Outras provisões	2.604	409
Provisão para manutenção de rodovias	62.590	58.868
Amortização acumulada de obras futuras	839	774
Valor Recuperável de Intangível - Impairment	102.547	112.410
Arrendamentos	1.053	715
Provisão para perdas esperadas	1.220	887
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(20)	(19)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	732.871	742.902
Alíquota nominal	34%	34%
Total	249.176	252.587
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	188.320	175.181
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(130.509)	(143.648)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(44.373)	(48.840)
Total do imposto de renda e contribuição social	204.803	203.747
Impostos diferidos não constituídos	78.368	77.312
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	126.435	126.435

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano

Notas Explicativas

de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	(5.482)	(6.179)	(5.996)	(6.045)
Provisão de participação nos lucros	478	(289)	328	(458)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	197	(352)	(49)	(749)
Outras provisões	(1.058)	2.193	(435)	(753)
Provisão para manutenção de rodovias	8.552	3.722	(4.011)	7.032
Amortização acumulada de obras futuras	22	65	22	65
Valor Recuperável de Intangível - <i>Impairment</i>	(3.456)	(9.863)	(320)	(960)
Arrendamentos	52	338	(546)	(104)
Provisão para perdas esperadas	111	333	-	222
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	4.380	13.139	4.379	13.139
Amortização estorno de capitalização de juros	-	(1)	-	(3)
Base de cálculo diferenças temporárias	3.796	3.106	(6.628)	11.386
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	1.291	1.056	(2.254)	3.871
Composição dos impostos:				
Impostos diferidos não constituídos	1.291	1.056	(2.254)	3.871
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-	-	-
	1.291	1.056	(2.254)	3.871

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2025	4.599
2026	11.956
2027	14.248
2028	10.948
Após 2028	84.684
	126.435

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2025, o saldo é de R\$89.864 (R\$19.303 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 101,58% a.a. para 30 de setembro de 2025 (104,24% em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	20.006	4.613	4.974	8.827	39	3.505	41.964
Remensurações	-	(141)	-	165	6	-	30
Adições	-	9.576	-	-	-	-	9.576
Transferências/reclassificações	-	-	(268)	6.193	-	-	5.925
Baixas	-	(4.472)	-	-	-	-	(4.472)
Saldo em 30.09.2025	20.006	9.576	4.706	15.185	45	3.505	53.023
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(16.299)	(4.368)	(1.632)	3.165	(31)	(1.231)	(20.396)
Amortização	(3.335)	(1.082)	(1.082)	(5.924)	(13)	(208)	(11.644)
Transferências/reclassificações	-	-	530	(6.455)	-	-	(5.925)
Baixas	-	4.472	-	-	-	-	4.472
Saldo em 30.09.2025	(19.634)	(978)	(2.184)	(9.214)	(44)	(1.439)	(33.493)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	3.707	245	3.342	11.992	8	2.274	21.568
Saldo em 30.09.2025	372	8.598	2.522	5.971	1	2.066	19.530
Taxas de amortização - a.a.	20%	16%	19%	43%	36%	10%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	20.006	4.193	861	17.810	22	3.426	46.318
Remensurações	-	-	268	227	6	79	580
Adições	-	-	-	2.133	-	-	2.133
Baixas	-	-	-	(11.611)	-	-	(11.611)
Saldo em 30.09.2024	20.006	4.193	1.129	8.559	28	3.505	37.420
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(11.851)	(2.856)	(958)	(528)	(15)	(953)	(17.161)
Amortização	(3.336)	(1.172)	(401)	(5.950)	(12)	(209)	(11.080)
Baixas	-	-	-	11.611	-	-	11.611
Saldo em 30.09.2024	(15.187)	(4.028)	(1.359)	5.133	(27)	(1.162)	(16.630)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.155	1.337	(97)	17.282	7	2.473	29.157
Saldo em 30.09.2024	4.819	165	(230)	13.692	1	2.343	20.790
Taxas de amortização - a.a.	13%	21%	27%	22%	32%	4%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Adições	4	-	-	-	-	4
Transferências/reclassificações (*)	-	-	330	-	-	330
Alienações/baixas	-	(6)	-	-	-	(6)
Saldo em 30.09.2025	1.215	3.435	2.137	1.177	4.480	12.444
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.042)	(2.909)	(970)	(1.163)	(3.678)	(9.762)
Depreciação	(37)	(176)	(140)	(14)	(183)	(550)
Transferências/reclassificações	-	-	(47)	-	-	(47)
Alienações/baixas	-	6	-	-	-	6
Saldo em 30.09.2025	(1.079)	(3.079)	(1.157)	(1.177)	(3.861)	(10.353)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	169	532	837	14	802	2.354
Saldo em 30.09.2025	136	356	980	-	619	2.091
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	18%	10%	10%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
Adições	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2024	1.211	3.441	1.807	1.177	4.480	12.116
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(985)	(2.574)	(796)	(1.058)	(3.394)	(8.807)
Depreciação	(43)	(269)	(131)	(84)	(220)	(747)
Saldo em 30.09.2024	(1.028)	(2.843)	(927)	(1.142)	(3.614)	(9.554)
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	226	867	1.011	119	1.086	3.309
Saldo em 30.09.2024	183	598	880	35	866	2.562
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	18%	10%	10%	

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2024	4.185.166	(113.690)	10.727	700	4.082.903	19.109	4.102.012
Adições	126.410	-	1.364	-	127.774	9.955	137.729
Transferências/reclassificações	5.465	-	-	-	5.465	(5.795)	(330)
Saldo em 30.09.2025	4.317.041	(113.690)	12.091	700	4.216.142	23.269	4.239.411
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2024	(1.920.871)	1.280	(6.895)	-	(1.926.486)	-	(1.926.486)
Amortização	(213.369)	-	(1.271)	-	(214.640)	-	(214.640)
Transferências/reclassificações	47	-	-	-	47	-	47
Redução ao valor recuperável (d)	-	9.864	-	-	9.864	-	9.864
Saldo em 30.09.2025	(2.134.193)	11.144	(8.166)	-	(2.131.215)	-	(2.131.215)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2024	2.264.295	(112.410)	3.832	700	2.156.417	19.109	2.175.526
Saldo em 30.09.2025	2.182.848	(102.546)	3.925	700	2.084.927	23.269	2.108.196
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	12%	39%				

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2023	3.965.160	(11.729)	8.433	702	3.962.566	62.147	4.024.713
Adições	104.071	-	1.178	-	105.249	39.174	144.423
Transferências/reclassificações	63.543	-	(4)	(2)	63.537	(63.537)	-
Outros (e)	2.507	-	615	-	3.122	-	3.122
Saldo em 30.09.2024	4.135.281	(11.729)	10.222	700	4.134.474	37.784	4.172.258
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2023	(1.655.076)	-	(5.228)	-	(1.660.304)	-	(1.660.304)
Amortização	(195.281)	-	(1.216)	-	(196.497)	-	(196.497)
Redução ao valor recuperável (d)	-	960	-	-	960	-	960
Outros (e)	(1.758)	-	(1)	-	(1.759)	-	(1.759)
Saldo em 30.09.2024	(1.852.115)	960	(6.445)	-	(1.857.600)	-	(1.857.600)
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2023	2.310.084	(11.729)	3.205	702	2.302.262	62.147	2.364.409
Saldo em 30.09.2024	2.283.166	(10.769)	3.777	700	2.276.874	37.784	2.314.658
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	39%				

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)
- (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (d) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.
- (e) Transferência de ativos desenvolvidos na *holding* para operação da Sociedade.
- (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$2.154 (R\$3.541 em 30 de setembro de 2024) o valor das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2025 foi de 0,16% a.a. e em 2024 0,25% a.a., do total de juros provisionados no período.

Notas Explicativas

Teste de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024 de acordo com os requisitos do CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$101.961 em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de 30 de setembro de 2025, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse que há necessidade de preparação de um novo teste no trimestre.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2025	31.12.2024
8ª emissão - 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.409.162	1.367.070
8ª emissão - 2ª série	700.000	CDI +0,86% a.a.	jun-27	370.611	422.524
				1.779.773	1.789.594
			Custo de transação	(25.366)	(30.434)
			Total	1.754.407	1.759.160
			Circulante	215.975	165.715
			Não circulante	1.538.432	1.593.445
			Total	1.754.407	1.759.160

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.09.2025			30.09.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	172.491	1.617.103	1.789.594	148.045	1.721.280	1.869.325
Juros e variações monetárias provisionados	88.995	46.661	135.656	89.491	43.612	133.103
Amortização de principal	(86.278)	-	(86.278)	(72.437)	-	(72.437)
Pagamento de juros	(59.199)	-	(59.199)	(60.393)	-	(60.393)
Transferências	106.742	(106.742)	-	85.170	(85.170)	-
	222.751	1.557.022	1.779.773	189.876	1.679.722	1.869.598
Custo de transação	(6.776)	(18.590)	(25.366)	(6.776)	(25.366)	(32.142)
Saldo final	215.975	1.538.432	1.754.407	183.100	1.654.356	1.837.456

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª emissão - 1ª série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª emissão - 2ª série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		1.700.000			1.678.821

Em 30 de setembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	
2026	102.188
2027	241.818
2028	273.303
2029	277.046
Após 2029	662.667
	<u><u>1.557.022</u></u>

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 9ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo Total = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Notas Explicativas

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e *EBITDA* Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “*EBITDA* Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- A partir de 2027: $\leq 3,00$
- 2028: $\leq 2,50$
- 2029: $\leq 2,00$
- 2030: $\leq 1,50$
- 2031: $\leq 1,00$

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 30 de setembro de 2025.

Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Sociedade avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado pois em 30 de setembro de 2025 e 2024, não há passivos financeiros conversíveis em ações.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$24.021 (R\$34.265 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$10.150 (R\$9.226 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que pode variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	30.09.2025			30.09.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.326	8.957	22.283	14.492	15.567	30.059
Remensurações	30	-	30	514	66	580
Adições	1.020	8.556	9.576	(1.728)	3.861	2.133
Utilizações (*)	(13.398)	-	(13.398)	(13.281)	-	(13.281)
Ajuste a valor presente - AVP	2.092	-	2.092	2.097	-	2.097
Transferências	6.515	(6.515)	-	10.399	(10.399)	-
	9.585	10.998	20.583	12.493	9.095	21.588

Notas Explicativas

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$11.905 (R\$11.917 em 30 de setembro de 2024).

Em 30 de setembro de 2025, o valor presente das parcelas a vencer apresentadas no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2026	2.639
2027	1.695
2028	1.903
2029	2.124
Após 2029	2.637
	10.998

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de setembro de 2025 são respectivamente R\$221 e R\$1.018 para PIS e Cofins (R\$219 e R\$1.009, respectivamente, em 30 de setembro de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o período findo em 30 de setembro de 2025 a taxa média é de 11,76% a.a (10,83% a.a. em 30 de setembro de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de setembro de 2025 e 2024 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Passivo circulante</u>	30.09.2025		31.12.2024	
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>				
Contas a pagar:				
Arteris S.A.- controladora (*)		6.312		7.780
Litoral Sul S.A. (*)		1.820		2.322
ViaPaulista S.A. (*)		429		-
Passivos com partes relacionadas circulante		8.561		10.102
Total do passivo circulante		8.561		10.102
<u>Contas de Resultado:</u>	30.09.2025		30.09.2024	
<u>Despesas gerais:</u>	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(10.505)	(16.557)	(5.601)	(14.058)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Litoral Sul S.A.	(5.782)	(8.860)	(3.225)	(9.080)
Total	(16.287)	(25.417)	(8.826)	(23.138)

(*) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. O valor no subitem “Outras partes relacionadas” está relacionado a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

No decorrer do período findo de 30 de setembro de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$4.302 (R\$2.978 em 30 de setembro de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, dos quais R\$817 (R\$249 em 30 de setembro de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$3.485 (R\$2.729 em 30 de setembro de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Notas Explicativas

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$805 sem encargos para o exercício de 2025 (R\$807 para o exercício de 2024).

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.188 e R\$1.477.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2025
Cíveis	1.259	6.072	(1.850)	(3.853)	32	1.660
Trabalhistas	1.471	5.808	(3.275)	(3.310)	24	718
Total	2.730	11.880	(5.125)	(7.163)	56	2.378

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.09.2024
Cíveis	1.159	1.817	(639)	(1.288)	39	1.088
Trabalhistas	4.532	5.459	(2.850)	(3.483)	82	3.740
Regulatórios	4.470	229	(115)	-	-	4.584
Total	10.161	7.505	(3.604)	(4.771)	121	9.412

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade reverteu os processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Notas Explicativas

Possíveis	30.09.2025	31.12.2024
Cíveis	5.546	5.167
Trabalhistas	1.271	1.030
Regulatórios	30.422	33.734
Fiscais	3.545	4.730
Total	40.785	44.661

Os depósitos judiciais no montante de R\$204 em 30 de setembro de 2025 (R\$232 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remoto.

b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,41% a.a. em 30 de setembro de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão que, o ciclo é de 4 anos.

c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	1.399	24.327	34.541	1.399	58.868
Adições/Reversões	-	10.335	17.558	-	27.893
Utilizações	-	(27.200)	-	-	(27.200)
Ajuste a valor presente	-	1.194	1.835	-	3.029
Transferências	-	16.828	(16.828)	-	-
Saldo em 30.09.2025	1.399	25.484	37.106	1.399	62.590

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	1.399	29.790	36.513	1.399	66.303
Adições/Reversões	-	10.092	16.363	-	26.455
Utilizações	-	(22.678)	-	-	(22.678)
Ajuste a valor presente	-	1.715	1.540	-	3.255
Transferências	-	19.787	(19.787)	-	-
Saldo em 30.09.2024	1.399	38.706	34.629	1.399	73.335

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2025, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$36.604 (R\$19.431 em 30 de setembro de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$978.785, compostos por 747.759.759 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$976.785. Conforme acordado em Assembleia Geral Extraordinária o saldo a integralizar de R\$2.000 tem prazo para integralização de 36 meses a contar da data de 7 de fevereiro de 2022. Em 30 de setembro de 2025, o saldo a integralizar permanece sob decisão de integralização ou não pela Controladora da Sociedade.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Reserva legal

A Sociedade segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

Reserva e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	194.475	555.983	184.171	517.867
Receita de serviços de construção	49.042	133.882	52.137	142.211
Outras receitas	3.021	8.710	2.727	8.208
Receita bruta	246.538	698.575	239.035	668.286
ISSQN	(9.723)	(27.799)	(9.209)	(25.894)
PIS	(1.282)	(3.665)	(1.213)	(3.417)
COFINS	(5.917)	(16.915)	(5.604)	(15.774)
Outras deduções	(282)	(869)	(109)	(275)
Receita líquida	229.334	649.327	222.900	622.926

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(8.797)	(25.577)	(8.112)	(24.863)
Serviços de terceiros	(6.130)	(18.397)	(8.063)	(22.811)
Conservação	(4.272)	(9.995)	(1.288)	(6.972)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.050)	(2.413)	(341)	(1.799)
Consumo	(1.549)	(4.105)	(1.486)	(3.315)
Transportes	(2.097)	(6.564)	(1.974)	(5.899)
Verba de fiscalização	(5.581)	(16.744)	(5.322)	(15.966)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(244)	(836)	(65)	(65)
Seguros / Garantias	(1.556)	(4.204)	(1.309)	(3.826)
Provisão de manutenção em rodovias	(16.012)	(27.893)	(8.149)	(26.455)
Custos de serviços da construção	(49.042)	(133.882)	(52.137)	(142.211)
Depreciação / Amortização	(73.119)	(215.887)	(70.295)	(206.780)
Outros	(682)	(1.593)	(312)	(929)
Total	(170.131)	(468.090)	(158.853)	(461.891)

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(5.645)	(16.394)	(5.498)	(13.795)
Serviços de terceiros	(970)	(2.211)	(532)	(1.728)
Manutenção de bens e conservação	(655)	(2.015)	(566)	(1.639)
Consumo	(293)	(962)	(237)	(889)
Transportes	146	469	(87)	(240)
Seguros/Garantias	(10)	(30)	(6)	(19)
Provisão (reversão) para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.465)	(6.755)	(715)	(3.901)
Comunicação e marketing	(66)	(161)	(75)	(191)
Indenizações à terceiros	(13)	(36)	(15)	(45)
Publicações legais	(2)	(130)	41	(90)
Depreciação / Amortização	(356)	(1.083)	(199)	(584)
Provisão para perdas esperadas	(111)	(333)	-	(666)
Outros	(515)	(1.606)	(396)	(895)
Total	(10.955)	(31.247)	(8.285)	(24.682)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	2.843	8.607	1.681	5.825
Créditos fiscais	21	335	12	109
Outras receitas	10	16	68	68
Total	2.874	8.958	1.761	6.002

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(32.628)	(133.502)	(33.709)	(129.562)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.624)	(5.121)	(1.754)	(5.352)
Outras despesas	(2.402)	(6.899)	(2.557)	(6.888)
Total	(36.654)	(145.522)	(38.020)	(141.802)

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 30 de setembro de 2025 no valor de R\$135.656, o montante de R\$2.154 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração do fluxo de caixa de investimento capitalizado (R\$133.103 e R\$3.541, respectivamente, em 30 de setembro de 2024).

Notas Explicativas

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- a) Caixa e equivalentes de caixa
- A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.
- b) Informações suplementares

	30.09.2025	30.09.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	137.729	145.786
Total das adições de imobilizado (b)	4	-
Juros capitalizados - debêntures (a)	(2.154)	(3.541)
	135.579	142.245
Aquisição (adições)	(135.579)	(142.245)
Fornecedores	5.739	3.979
Obrigações fiscais	(21)	5.970
Contas a pagar - partes relacionadas	(171)	1.550
Cauções contratuais	(34)	(309)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(130.066)	(131.055)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(4)	-
Aquisições de itens do intangível	(130.062)	(131.055)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(130.066)	(131.055)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	5.513	11.190

(a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro (prejuízo) e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	30.09.2025		30.09.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Lucro (prejuízo) do período	10.608	12.622	15.096	(3.226)
Número de ações durante período	747.760	747.760	747.760	747.760
Lucro (prejuízo) por ação	0,0142	0,0169	0,0202	(0,0043)

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	30.09.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	8.023	8.023	25.136	25.136
Aplicações financeiras	N/A	2	21.555	21.555	5.911	5.911
Contas a receber clientes	N/A	2	45.587	45.587	39.592	39.592
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	89.864	89.864	19.303	19.303
Outros créditos	N/A	2	1.477	1.477	1.449	1.449
			166.506	166.506	91.391	91.391

Notas Explicativas

	Nível	Mensuração (*)	30.09.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<u>Passivo</u>						
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	8.561	8.561	10.102	10.102
Debêntures (a)	N/A	2	1.779.773	1.672.252	1.789.594	1.601.406
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	34.171	34.171	43.491	43.491
Taxa de fiscalização	N/A	2	1.860	1.860	1.782	1.782
Outras contas a pagar	N/A	2	9.014	9.014	7.924	7.924
			1.833.379	1.725.858	1.852.893	1.664.705

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(a) Vide nota 12.

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de setembro de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis):

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,15%	15,19%	18,23%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(47.650)	(58.782)	(69.913)
Receita de aplicações financeiras	11.091	13.863	16.636
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(36.559)	(44.919)	(53.277)
IPCA	4,28%	5,35%	6,42%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(124.815)	(140.369)	(155.923)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(124.815)	(140.369)	(155.923)
Juros a incorrer líquido	(161.374)	(185.288)	(209.200)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 26 de setembro de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de setembro de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$43.605 (R\$36.457 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A, Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A e *Greenpass* Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

No período findo em 30 de setembro de 2025, o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R\$152.795 (R\$184.603 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	11,76%	20.583	25.595	2.508	9.502	3.480	2.571	7.535
Debêntures - CDI (b)	17,26%	370.611	431.166	93.332	93.620	244.214	-	-
Debêntures - IPCA (b)	11,47%	1.409.162	1.661.065	52.257	59.430	137.303	560.190	851.885
Fornecedores e cauções contratuais	-	34.171	34.171	32.895	1.276	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	8.561	8.561	8.561	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	9.014	9.014	7.746	1.268	-	-	-
		1.852.102	2.169.572	197.299	165.096	384.997	562.761	859.420

- (a) Média ponderada efetiva % a.a.
- (b) Valores brutos dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de setembro de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	230.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	257.018

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2025 é de R\$95.283 (R\$45.226 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de novembro de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de novembro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

São Paulo, 13 de novembro de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025.

São Paulo, 13 de novembro de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Antonio Cesar Ribas Sass - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia